

Feminismos e educação vocal: reflexões para práticas pedagógicas comprometidas com a resistência à opressão de gênero

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: ST 06 - Desafi(n)ando os cânones: música, feminismos e estudos de gênero

Simone Franco Valle
Universidade Federal do Rio de Janeiro
simonefrancovalle@gmail.com

Resumo. O artigo apresenta uma revisão bibliográfica que interliga feminismos e estudos decoloniais à educação musical e pedagogia vocal, com o objetivo de auxiliar educadores na ressignificação de suas práticas a partir dos debates sobre opressão de gênero e sexualidade. A fundamentação teórica inclui conceitos do feminismo decolonial (Lugones, 2020), do ecofeminismo (Dias, 2023; Colerato, 2021) e da educação musical contemporânea, como patriarcado musical (Green, 2017). O estudo examina de que formas a opressão de gênero se expressa no ensino dos cantos populares do Brasil, discutindo suas implicações na elaboração de práticas pedagógicas voltadas à inclusão e à emancipação.

Palavras-chave. pedagogia vocal, feminismos, educação musical, feminismo decolonial, cantos popular do Brasil

Feminisms and Vocal Education: Reflections for Pedagogical Practices Committed to Resisting Gender Oppression

Abstract. The article presents a literature review that interconnects feminisms and decolonial studies with music education and vocal pedagogy, aiming to support educators in re-signifying their practices through debates on gender and sexuality oppression. The theoretical framework includes concepts from decolonial feminism (Lugones, 2020), ecofeminism (Dias, 2023; Colerato, 2021), and contemporary music education, such as musical patriarchy (Green, 2017). The study examines the ways in which gender oppression is expressed in the teaching of Brazilian popular songs, discussing its implications for the development of pedagogical practices oriented toward inclusion and emancipation.

Keywords. vocal pedagogy, feminisms, music education, decolonial feminism, popular songs of Brazil

O artigo apresenta uma revisão bibliográfica que une as discussões feministas e decoloniais à educação musical e pedagogia vocal no intuito de oferecer reflexões úteis para educadores reposicionarem suas práticas a partir dos debates envolvendo opressão de gênero. A fundamentação teórica mobiliza diferentes frentes dentro do pensamento feminista, reconhecendo que a diversidade de contextos e lugares de enunciação das autoras é, ela mesma,



uma questão teórica importante e constantemente problematizada, especialmente pelo feminismo decolonial. Assim, o trabalho dialoga com contribuições que abordam conceitos como: patriarcado (Lerner, 2019), construções de gênero (Butler, 2015, 2018), economia masculinista (Vieira, 2024), pânico moral (Cohen, 1972), além de perspectivas do ecofeminismo (Dias, 2023; Colerato, 2021).

A partir dessas referências, elaboramos apontamentos iniciais sobre formas como a opressão de gênero se manifesta nos contextos da pedagogia vocal para os cantos populares do Brasil e as cicatrizes históricas deixadas por esse processo. Essas reflexões buscam subsidiar a construção de condutas pedagógicas afinadas com os compromissos ético-políticos de uma agenda feminista decolonial. Considerando que os cantos de música popular do Brasil são um manancial de diferentes vozes não hegemônicas e que essa diversidade é elemento constituinte do nicho (Valle, Mariz, 2023), destacamos a potência de um trabalho de pedagogia vocal comprometido com a agenda decolonial ao abordar os cantos populares do Brasil e a diversidade das redes epistemológicas que estes fazem ecoar.

Canto como instrumento para a emancipação

O trabalho de Freire (1970), discute a educação como instrumento para a conscientização e conquista de si em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências. O autor aborda formas de violência simbólica que promovem uma consciência servil, onde os sujeitos são “proibidos de ser” para si e toleram ser para o outro (o senhor, o patrão). Estas violências são instauradas por vezes sem que seja necessário ferir diretamente o corpo físico dos oprimidos, mas via narrativas, valores, organização social etc. Estes elementos simbólicos ajudam a manter e estão diretamente implicados numa ordem social.

Em trabalhos anteriores (Valle, 2023; 2024) recorremos ao pensamento decolonial para repensar as estruturas de violência simbólica e cultural no processo de ensino aprendizagem dos cantos de música popular brasileira. Esse debate possibilitou o questionamento de dogmas vocais e estéticos orientando nossa prática em direção à liberdade, criatividade e (re)conhecimento das próprias histórias e referências. A partir da compreensão de que o ordenamento hegemônico do mundo está instaurado sobre os pilares da colonialidade – patriarcalismo, cristianismo, racismo, capitalismo, modernidade – e que esta ordem estabelece sistemas de opressão, exploração e silenciamento para se manter, concebemos uma pedagogia



vocal comprometida com a enunciação de vozes não hegemônicas e suas epistemologias [cantos de guerra/ batalha] como uma estratégia pedagógica para a decolonialidade.

Neste artigo, recorreremos aos conceitos do pensamento decolonial de forma integrada, privilegiando as relações entre as áreas que atravessam nossa discussão: pedagogia vocal, música popular do Brasil, decolonialidade e feminismos. Nosso trabalho na pedagogia vocal tem como principal motivação proporcionar a possibilidade de enunciar as próprias vivências, elaborar as próprias narrativas e fazer escolhas. O canto, nesse sentido, constitui-se como prática de (re)invenção de si, oferecendo ferramentas tanto para a afirmação de identidades quanto para o desprendimento delas, abrindo fissuras e possibilidades de liberdade.

Dentre os autores que integram nossa revisão de literatura de educação, educação musical e decolonialidade notamos um predomínio de discussões envolvendo debates fundamentais como o racial e o de classe, mas, apesar da inclusão da palavra gênero em alguns destes trabalhos, especialmente para se referir ao tripé raça-classe-gênero, percebemos um menor aprofundamento de discussões envolvendo o último tópico. Destacamos este debate como também fundamental, já que, conforme argumentado pelos próprios autores aqui citados, gênero é um elemento definidor da ordem mundial colonial. A ausência de aprofundamento nos debates envolvendo a condição das mulheres na dinâmica social é uma lacuna alarmante na produção de autores comprometidos com temáticas sociais em diversas áreas do conhecimento. De maneira geral, observa-se que a intenção dos estudos é “emancipar os sujeitos”, e é marcadamente neste ponto que se faz urgente perguntar: Quem tem o direito, a legitimidade de ser reconhecido como sujeito (ainda que oprimido)? Este questionamento conduzirá nossa revisão bibliográfica sobre principais conceitos do feminismo decolonial e ecofeminismo.

Feminismos e decolonialidade

A expressão feminismos pode ser compreendida como práticas e movimentos políticos, sociais, filosóficos que têm em comum pautas como direito das mulheres, questionamento e, em muitos casos, luta pela ruptura com o sistema patriarcal pautado em normas de gênero. Apesar de haver uma abordagem histórica do feminismo hegemônico que o distribui em diversas ondas e demarca sua origem no final do século XIX na Europa, Nuñez (2018) destaca o caráter diverso do movimento cuja motivação pode ser identificada em diferentes lugares do mundo.



Para Beauvoir (1980), a desigualdade de gênero é um aspecto cultural, não natural ou biológico. Ao situar a experiência de ser mulher como socialmente construída, a autora cunhou a célebre frase “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1980, sp.), destacando que sua socialização impõe condicionamentos que a tornam o outro subalternizado em relação ao homem. Beauvoir afirma que o sistema patriarcal apresenta um destino biológico imposto: maternidade e casamento como obrigações, e que as mulheres que recusam esse papel são frequentemente patologizadas. Lerner (2019) em trabalho intitulado “A invenção do patriarcado”, afirma que o sistema patriarcal mantém a supremacia masculina por meio de instâncias sociais como a família nuclear, a religião (em especial o cristianismo), a escola e as leis. Estas instâncias reproduzem a lógica de que as mulheres são naturalmente inferiores. Através de mecanismos diversos de manipulação há uma introjeção dessa submissão por parte das mulheres que, por vezes, acabam por cooperar com a manutenção da lógica reproduzindo a doutrinação e coerção.

Assim, em consonância com Beauvoir (1980), Lerner (2019) afirma que as mulheres tiveram e têm uma experiência histórica expressivamente diferente dos homens em razão de sua condição socialmente subalternizada. As autoras ressaltam que, se no passado tradicionalistas se utilizaram de argumentos deterministas para defender a assimetria sexual e submissão feminina, este argumento se renova a partir de teorias pretensamente científicas que visam justificar um sistema de opressão que está assentado no campo da cultura.

A professora Helena Vieira (2024) comenta sobre uma economia masculinista que rege grande parte do mundo como conhecemos, nomeado e construído por homens a partir de relações de gênero pautadas em desigualdade e violência. Esta economia constrói uma maneira de ser e de se relacionar pensada de forma bélica. Sobre a noção de masculino e feminino, a professora afirma que os conceitos se relacionam a campos simbólicos que são forjados no âmbito das práticas sociais, e não a uma essência dos sujeitos. Dessa forma, nos convoca a pensar: Que outras maneiras de ser e agir podemos construir a partir da recusa às formas masculinistas de ordenamento de mundo e realidade?

A família nuclear é tida por diversas autoras (hooks, 2013; Beauvoir, 1980; Lerner, 2019; Nuñez, 2024; Lugones, 2020) como uma das principais instituições mantenedoras da economia masculinista, pilar do patriarcado, que por sua vez é estruturador da modernidade.



A família nuclear é generificada

A relação de parentalidade neste contexto é uma relação de gênero que não raramente produz e reforça papéis tradicionais de domínio e exploração, fazendo com que a ideia de gênero esteja atrelada a um destino reprodutivo inevitável. Assim, algumas autoras críticas ao movimento feminista hegemônico entendem que a própria noção de gênero se entrelaça com a definição da família nuclear ocidental, fato que limitaria a aplicação deste conceito em outros contextos de opressão da mulher (hooks, 2013; Lugones, 2019). Nancy Chodorow (1978) relata como a divisão sexual do trabalho na família nuclear contribui para a formação de trajetórias psicológicas e de desenvolvimento para filhos e filhas, produzindo seres a partir do gênero, assim como sociedades generificadas. A exploração e invisibilização do trabalho doméstico e reprodutivo praticado por mulheres - como cozinhar, limpar a casa e criar filhos - assim como a ideia de que a família funciona como uma espécie de “fábrica social” produzindo mão de obra posiciona a discussão sobre família nuclear como fundamental na análise do sistema capitalista. A oposição público/privado é uma construção social política que mantém os homens autorizados a atuarem na esfera pública, com poder de decisão e invisibiliza o mundo doméstico (tradicionalmente atribuído como área da mulher/ mundo feminino), onde seu trabalho sequer é reconhecido como político e produtivo (Okin, 2008).

Os altos índices de violência familiar são um dado que desvela uma contradição entre a realidade da violência e a idealização da família produzida pelas narrativas hegemônicas. Apesar dos números alarmantes de abusos de diversas naturezas e até feminicídios por membros da família, ainda se perpetua a ideia de que o ambiente doméstico é um local seguro para mulheres. A resistência feminista contra essa idealização é desqualificada, sendo frequentemente usada por grupos conservadores em campanhas políticas para desacreditar o movimento. Pautas feministas relacionadas à família, como o direito ao aborto, novas configurações domésticas e a contestação da autoridade masculina geram polêmicas. Mota *et al* (2024) atribuem estas polêmicas ao conceito de pânico moral (Cohen, 1972) que versa sobre como a mídia e outros agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos. A família nuclear funciona como agência de regulação que termina por garantir a conformidade do gênero. Dentro da estrutura familiar, os indivíduos aprendem a aceitar a opressão sexista e a apoiar outras formas de dominação, incluindo a imposição da



heterossexualidade. Sobre isso, Vieira (2024), afirma que segundo esta lógica, ter um filho LGBTQIA+ é percebido como um "fracasso de gênero" para a família tradicional.

De acordo com a produção das autoras aqui citadas, é possível questionar a suposta universalidade da família nuclear, compreendendo que o problema não reside na organização em torno de agrupamentos familiares, mas nos engendramentos e lógicas patriarcais que estruturam a forma hegemônica da família no Ocidente. Nessa perspectiva, as autoras destacam que outras configurações familiares podem constituir importantes redes de resistência e cuidado para as mulheres.

Questionamento da categoria mulher

No livro Problemas de gênero (2015), Butler afirma que noções como mulher e feminino são produções discursivas do patriarcado uma vez que tais categorias se constituem no interior de uma economia significativa masculinista. A mulher seria, portanto, um sujeito estabelecido a partir de um mundo masculino, ela não existiria por si. A autora critica o fato de que na tentativa de fugir da significação masculinista, alguns argumentos feministas caem numa ideia de que haveria uma substância apriorística para designar o que é mulher. Desta forma, Butler afirma que o sexo tem uma história que é instituída por práticas discursivas que são de gênero. Logo, é a ideia de gênero que estabelece o poder binário de sexo, a ideia de macho e fêmea, assim como uma série de coerências compulsórias como: pênis-homem-masculinidade-heterossexualidade/ vagina-mulher-feminilidade-heterossexualidade.

Essa cadeia normativa, segundo a autora, revela uma política da sexualidade que aprisiona a existência humana em um destino sexual fixo, baseado na lógica do par heterossexual. Ainda sobre o questionamento da categoria mulher, Butler afirma que quando nos enquadrados na lógica representacional que organiza a política no interior da modernidade, produzimos o sujeito apto a representação (e excluímos outros). Esse sujeito é gerado pelos mesmos mecanismos que provocam nossa subalternização. A autora aponta ainda para o fato de que o ordenamento exposto se dá inclusive na dimensão da linguagem, a partir de fábulas que se proclamam universais e trans históricas e que buscam a todo custo ocultar que as identidades de gênero são forjadas por atos performativos dos sujeitos.



Embora o gênero seja uma construção social e performativa, como argumentado por Butler (1990), a materialidade do corpo e a socialização das mulheres continuam sendo eixos centrais da opressão patriarcal. Desde o nascimento, indivíduos do sexo feminino são submetidos a processos de domesticação e controle baseados na capacidade biológica de reprodução e em papéis de gênero impostos. Essa estrutura de opressão tem consequências concretas, como feminicídio, mutilação genital, violência obstétrica e exploração sexual (Federici, 2004). Consideramos fundamental destacar que reconhecer a especificidade dessas violências não implica invalidar a experiência de pessoas trans, mas sim garantir que a luta contra o patriarcado não apague as desigualdades baseadas no sexo biológico e na socialização feminina.

Diversas autoras questionaram a abordagem universalista feita pelo feminismo hegemônico, assim como a generalização de seus conceitos (como gênero, patriarcado universal, ideia única de mulher etc.). Dentre as principais críticas, ressaltamos a reprodução de mecanismos de opressão e exclusão advindos dos contextos do feminismo hegemônico e a não consideração da diversidade de outras realidades culturais e geográficas. Movimentos como feminismo negro, feminismo lésbico, feminismo decolonial, ecofeminismo entre outros, questionaram perspectivas totalizantes e fizeram emergir novas epistemologias e práticas disruptivas.

Feminismo decolonial e ecofeminismo – Uma breve apresentação

O feminismo decolonial questiona e desconstrói as bases coloniais, racistas e eurocêntricas presentes em narrativas feministas tradicionais. Ele se ancora em reflexões sobre colonialidade, racismo, patriarcado e capitalismo, enfatizando as experiências das mulheres racializadas e marginalizadas no Sul Global e nos contextos de diáspora. O movimento herda tradições dos feminismos críticos e subalternos e relaciona-se com as discussões decoloniais. Dentre as contribuições centrais do pensamento decolonial, amplamente acolhidas pelo feminismo decolonial, destacam-se: os conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser; a crítica aos discursos eurocêtricos; a noção de sistema mundializado de poder; e a compreensão da colonialidade como um padrão global de dominação encoberto pelo projeto moderno. O pensamento decolonial também aponta que as disputas em torno do controle e acesso ao sexo, aos corpos e às suas expressões configuram a categoria sexo/gênero como um



dos eixos estruturantes da colonialidade e da modernidade. É justamente nesse ponto que se concentram as principais críticas feministas ao movimento decolonial.

Lugones (2019) critica a abordagem de Quijano ao eixo sexo/gênero na formulação do pensamento decolonial e afirma uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo. A argumentação de Quijano aceitaria o entendimento eurocêntrico sobre gênero. A análise formulada pelo movimento mantém velado o entendimento de que as mulheres colonizadas foram subordinadas e destituídas de poder. Sobre o processo da implementação da colonialidade de gênero nas colônias a autora destaca os seguintes pontos:

1) A primazia do feminino como criador é destituída e substituída por criadores masculinos; 2) São destruídas as instituições de governo tribal e as filosofias sobre as quais eles estão organizados; 3) As pessoas são “expulsas de suas terras, privadas de seu sustento econômico, e forçadas a diminuir ou abandonar por completo todo empreendimento do qual depende sua subsistência, filosofia e sistema ritual. Depois de transformados em dependentes das instituições brancas para sua sobrevivência, os sistemas tribais não conseguem manter o ginocentrismo. 4) A estrutura do clã precisa ser substituída pela família nuclear. As mulheres líderes dos clãs são substituídas por oficiais machos eleitos e a rede psíquica formada e mantida pela ginocentricidade não autoritária baseada no respeito e na diversidade é destruída. Assim, A destruição da ginocracia é crucial para a dizimação de populações através da fome, de doenças e da quebra de todas as estruturas econômicas, espirituais e sociais. (Allen, 1986 *apud* Lugones, 2019, s.p.)

Outro ponto importante do trabalho diz respeito a uma cooperação dos homens colonizados com os colonizadores na subordinação das mulheres colonizadas. Assim, o colonizador branco construía uma força interna nas tribos à medida que cooptava homens colonizados para ocupar papéis patriarcais. (Lugones, 2019)

Precisamos pensar em que medida a organização social do ‘sexo’ pré-colonial inscreveu a diferenciação sexual em todos os âmbitos da vida, inclusive no saber e nas práticas rituais, na economia, na cosmologia, nas decisões de governo interno e externo da comunidade. (Lugones, 2019, s.p.)

O capitalismo eurocêntrico global é falocêntrico e heterossexual (Tiburi, 2009; Lugones, 2019). Tal sistema é compulsório e perverso uma vez que provoca a violação dos poderes e direitos das mulheres. É urgente compreender a profundidade e violência com que este sistema atua na conversão de pessoas não brancas em animais e de mulheres (inclusive brancas) em reprodutoras. Os trabalhos citados afirmam que através da categoria gênero pelo entendimento do feminismo hegemônico, violências são naturalizadas como a categorização homem e mulher representarem respectivamente (machos/ fêmeas brancos, burgueses, heterossexuais) e a consequente exclusão da diversidade de formas de ser.



A autora guarani Geni Nuñez (2022, 2023), em pesquisa que analisa as cartas jesuíticas no contexto da colonização brasileira, destaca que os colonizadores europeus entendiam que os povos indígenas não possuíam alma e, portanto, não eram considerados humanos. Sob a ótica do feminismo decolonial, isso significa que as categorias de "homem" e "mulher", formuladas a partir da invenção colonial do gênero, sequer lhes caberiam. Essa desumanização serviu de base moral para justificar toda sorte de exploração, abuso e violação impostos aos povos originários. Ao afirmar que o processo de colonização não terminou e continua a se renovar diariamente, Nuñez apresenta os conceitos de caravelas epistêmicas e zoológico colonial como tecnologias do projeto colonial ainda em curso. O primeiro diz respeito à apropriação e ao roubo de saberes indígenas pelos colonizadores. Já o segundo aborda como a associação entre humanos e animais passou a ser considerada xingamento. Sua animalização opera como estratégia de inferiorização. Em contraponto, afirma que na perspectiva Guarani, bichos e árvores são parentes: seres dignos de respeito, cuidado e dignidade.

O ecofeminismo animalista é um conjunto de teorias e práticas que compreende que o sexismo e o especismo, ou seja, a opressão de mulheres, bichos e meio ambiente tem fundamentação na mesma lógica de dominação (Dias, 2023; Motta, Galani, 2021; Colerato, 2021). A naturalização da mulher como inferior ao homem não difere da naturalização dos animais como inferiores aos seres humanos. Assim como a mulher é um objeto a serviço do homem e do sistema, os seres não humanos e o meio ambiente são objetos a serviço do ser humano e do sistema. Algumas das ideias trabalhadas pelo movimento são: a crítica ao desenvolvimento técnico ocidental que propaga um ideário moderno de progresso que não se compromete com a ética do cuidado e da conservação das diferentes formas de vida; a crítica aos dualismos hierárquicos que produzem formas de diferenciação e hierarquização de existências; o fato de que ser membro de uma classe oprimida não isenta o indivíduo de ser opressivo com outros.

Assim, o ecofeminismo afirma a importância de pensar sexismo e especismo compreendendo que tais opressões derivam de uma mesma lógica de dominação que busca justificar a naturalização da violência e a subordinação de vidas. “Não é possível pensar um mundo livre de opressão feminina, racismo, machismo e sexismo com o patriarcado como ordem social. Enquanto houver abatedouros haverá guerras. Enquanto houver opressão sistêmica para com um, haverá opressão sistêmica para com todos” (Colerato, 2021, s.p.).



Educação musical e discussões de gênero

Autores como Hernández Romero (2010); Green (2017); Alves (2023); Mota *et al* (2024) investigam as relações entre a educação musical e os debates de gênero. Romero aborda como a educação musical contribui para a perpetuação de estereótipos de gênero. O autor explora práticas educativas tradicionais que reforçam hierarquias e opressões como a marginalização das mulheres no cânone da música; a utilização de canções cujas letras reforçam papéis tradicionais de submissão e obediência para as meninas; a reprodução acrítica de escolhas de instrumentos e comportamentos respaldados por estereótipos; a discriminação das mulheres como criadoras/ compositoras e o fato destas serem frequentemente apresentadas como exceção ou curiosidade em materiais didáticos.

Alves (2023) observa como a desigualdade de gênero que ocorre na escolarização geral tem suas especificidades no ensino da música. Segundo a autora, através de uma pedagogia da sexualidade e de gênero, a educação desenvolve mecanismos que operam para conceber a heterossexualidade como natural e universal, invisibilizando outras formas de sexualidade tidas como antinaturais. A autora afirma ainda que esta pedagogia trabalha com tecnologias de governo que, num segundo momento transformam-se em auto disciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si, fato que influencia suas formas de ser ou jeitos de viver sua sexualidade e seu gênero (Louro, 2018, p. 31 *apud* Alves, 2023). À serviço da heteronormatividade compulsória e de rígidas regras de gênero, opera uma pedagogia do insulto que age principalmente por mecanismos de exclusão e intimidação.

Green (2017) afirma que compreensões sobre feminilidade e masculinidade na música partem de interpretações sobre seu significado delineado¹. Através do conceito de patriarcado musical a autora reflete sobre as associações simbólicas que cerceiam as possibilidades de fazer musical das mulheres. A autora observa que o discurso patriarcal vincula a feminilidade à natureza, à ideia de naturalidade e à visibilidade do corpo físico. A partir dessa lógica, Green argumenta que o canto é construído como uma expressão associada ao feminino. Ressalta o binarismo corpo e mente que, associado ao conceito de gênero, atribui ao masculino as atividades criativas e intelectuais. Este argumento é usado para comentar o apagamento das mulheres na composição musical. A partir deste processo, cria-se uma divisão sexual dos

¹ Termo utilizado por Green (2003) para designar atribuições simbólicas que damos à música. Estas atribuições não são intrínsecas aos sons, mas frutos de contextos culturais e subjetividades.



instrumentos musicais e um formato heteronormativo das aulas de música. Sobre isso afirma que a escolha de repertório, conteúdo e até mesmo o vocabulário dos educadores frequentemente privilegiam homens masculinos, heterossexuais, brancos e burgueses.

Mota *et al* (2024) afirmam que é comum que dinâmicas cotidianas nas aulas de música reproduzam papéis de gênero, como por exemplo, meninas como doces, passivas; meninos, independentes, viris. Essas reproduções ocasionam um silenciamento das meninas reafirmando posturas prescritas pelo cânone. Os autores afirmam ainda que as diferentes maneiras de se criar musicalmente podem ter relação com a identidade de gênero dos estudantes. O trabalho aponta para a necessidade de um processo de desconstrução da cultura de violência e ressalta a importância de uma pedagogia anti preconceito que busca, “além de sensibilizar as pessoas para múltiplas realidades e perspectivas, instrumentalizá-las para a compreensão de causas históricas, sociológicas, econômicas que albergam o preconceito” (Baibich, 2012, p. 50 *apud* Mota et al, p. 5).

Debates de gênero e pedagogia vocal – Algumas reflexões

O intuito deste artigo é fazer uma revisão bibliográfica de conceitos advindos dos feminismos e decolonialidade, úteis à educação musical. Faremos aqui apontamentos iniciais sobre como estas ideias se relacionam ao universo da pedagogia vocal para os cantos populares do Brasil. Tais considerações serão aprofundadas em trabalhos futuros.

Neste artigo, optamos por utilizar o debate sobre gênero e sexualidade voltado ao recorte da opressão das mulheres. Destacamos, porém, que a área abrange um universo maior de opressões, como as pautas LGBTQIA+. A abordagem destas discussões é fundamental para a prática pedagógica em geral. No contexto dos cantos de música popular do Brasil, essas reflexões nos ajudam a analisar como os valores patriarcais estão estruturados no seio de muitas culturas populares, quais as consequências disso para a organização das formas culturais como conhecemos, de que maneira as lideranças femininas emergentes desses movimentos conseguiram negociar com o sistema de opressão e em que medida a ação dessas mulheres funcionou como agente de subversão da ordem vigente.

Convém investigar por quais mecanismos o regime patriarcal (com seus instrumentos - o machismo, o falocentrismo, o masculinismo) atua e se atualiza na pedagogia



vocal e quais são as cicatrizes deixadas neste setor da educação musical no contexto brasileiro. Autores como Geraldo (2022); Prado (2019); Ribeiro e Ponciano, (2018); Requião (2021); Martins (2023) investigaram como o sistema patriarcal opera na cultura da música popular brasileira, abordando gêneros como: samba, pagode, rap, rock, forró etc. Os trabalhos evidenciam que ainda em meios tidos como progressistas e engajados com pautas de justiça social, nota-se uma empatia seletiva e um discurso que naturaliza a violência e opressão da mulher (Ribeiro e Ponciano, 2018).

Retomando a principal motivação de nossa abordagem na pedagogia vocal, a utilização do canto como meio para expurgo de estruturas internalizadas de opressão, promoção de autonomia e bem-estar, destacamos uma diferença fundamental entre cantar e ter voz que versa sobre o importante alinhamento entre a voz artística, técnica e a voz interior da pessoa, conectada com sua verdade, vivência e auto enunciação. Diante do contexto de opressão estrutural das mulheres em nossa sociedade, consideramos fundamental que o trabalho vocal comprometido com tais valores se debruce sobre a agenda feminista.

Essas reflexões podem contribuir para reconhecer e questionar desigualdades presentes no repertório musical, nos papéis assumidos e nos significados atribuídos às práticas musicais. Além disso, possibilitam a valorização das experiências e interpretações individuais dos sujeitos em seu contexto sociocultural, considerando aspectos como gênero, raça e classe. Também incentivam abordagens pedagógicas emancipatórias, que vão além da mera reprodução de normas e promovem a transformação das relações sociais. Destacamos que a educação musical pode atuar no reforço de estruturas de opressão ou como espaço onde, a partir do fazer musical, pessoas possam desafiar normas de gênero, experienciando, via arte, pesquisas de si.

Referências

ALVES, Aldrey Cristine. As marcas da desigualdade a degênero na escolarização e educação musical. Dissertação (Mestrado em Educação Musical) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo* vol. I. Fatos e Mitos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. Tradução de Sérgio Milliet. [1949]



BUTLER, Judith. Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: Caderno de leituras (Edições Chão da Feira), n. 78, jun. 2018, p. 6.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. 8a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHODOROW, Nancy. The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender. Berkeley: University of California Press, 1978.

COLERATO, Bruna. O que é Ecofeminismo e suas vertentes. 2021. 10 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3BHp0KJNS8M>. Acesso em: 27 fev. 2025.

DIAS, Maria Clara. *Maria Lugones e a crítica ao pensamento colonial*. YouTube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/YELnv47ZENg>. Acesso em: [janeiro de 2025].

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970. 107p.

MOTTA, Ana; GALANI O que é Ecofeminismo e suas vertentes. 2021. 10 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3BHp0KJNS8M>. Acesso em: 27 fev. 2025.

GERALDO, Nathália Maria Freitas Duarte. Machismo e racismo na música: as mulheres negras no pagode dos anos 1990. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

GREEN, L. (2017). Identidade de Gênero, experiência musical e escolaridade. *Revista Música, Psicologia E Educação*, (2), 47–64. <https://doi.org/10.26537/rmpe.v0i2.2401>

HERNÁNDEZ ROMERO, Nieves. A influência da educação musical na transmissão de papéis sociais associados ao gênero. Madrid: Universidad de Alcalá, Departamento de Didática, 2010. hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo Martins Fontes, 2013.

LERNER, Gerda. A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

MACHADO, Regina. *Da intenção ao gesto interpretativo: análise semiótica do canto popular brasileiro*. São Paulo, 2012. 192 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Linguística. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

MARIZ, Joana Souza de. *Entre a expressão e a técnica: a terminologia do professor de canto - um estudo de caso em pedagogia vocal de canto erudito e popular no eixo Rio-São Paulo*. São



Paulo, 2013. 180 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2013. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/110657>>

MARTINS, Larissa Papa Nogueira. "O Grito da 'Mulher do Fim do Mundo': Feminismo Descolonial, Subjetividades e Rebeldias na Vida e Obra de Elza Soares (1930–2022)." Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6187>. Acesso em: [janeiro de 2025].

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. Epistemologias do sul, Foz do Iguaçu/Paraná, 2017, p. 12-32, 2017. Originalmente publicado em BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (orgs.). *Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo. 1a ed. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue*, 2014. Tradução de Marcus de Jesus Oliveira.

MOTA, Yanaêh Vasconcelos; OLIVEIRA, Mário André Wanderley; BARBOSA, Francisco Ernani de Lima; SAMPAIO, Michel Vincent de Oliveira. Gênero e sexualidade na educação musical escolar: vamos pensar juntas? Revista Música e Educação Brasileira, v. 13, n. 1, p. 1-16, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33054/MEB131603>.

NÚÑEZ, Geni. Perspectivas guarani sobre binarismos da colonização: caminhos para além das monoculturas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 40, p.2 – 31, 2023.

OKIN, Susan. M.. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n.2, p. 305-332, maio 2008.

PICOLLO, Adriana Noronha. Canto popular brasileiro: a caminho da escola. 2003. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PRADO, Bruna Queiroz. **Para gritar o céu**: o canto como desobediência feminina à cultura dos homens. 2019. 1 recurso online (129 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1636853>. Acesso em: 27 fev. 2025.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Educação musical é cultura: nuances para interpretar e (re)pensar a práxis educativo-musical no século XXI. *DEBATES | UNIRIO*, Rio de Janeiro, n. 18, p.163-191, 2017.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Educação musical e etnomusicologia: caminhos, fronteiras e diálogos. *Opus*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 113-130, 2010.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda; PONCIANO, Jéssica Kurak. "O discurso patriarcal através da música popular brasileira: uma análise das canções misóginas do século XX". Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, v. 4, n. 1, p. 9–24, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/8121>. Acesso em: [novembro de 2024].



SILVA, Bruna Galani da; ZARPELON, Janiffer. Ecofeminismo: uma perspectiva de análise para as relações internacionais. In: Anais do XI Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica do UNICURITIBA. Curitiba: Centro Universitário Curitiba, 2019. p. 1-16. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/spic2019/219339-ecofeminismo--uma-perspectiva-de-analise-para-as-relacoes-internacionais/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

TIBURI, Marcia. O que é GÊNERO. 2022. 15 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-r4pmu0lDT8>. Acesso em: 27 fev. 2025.

VALLE, Simone Franco. *Aspectos do processo de ensino-aprendizagem dos cantos de música popular brasileira*. Rio de Janeiro, 2023. 270 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

VALLE, S. F.; MARIZ, J. S. Educação vocal é um fenômeno culturalmente situado. Reflexões pedagógicas para o ensino dos cantos de música popular brasileira. In XXXIII Congresso da ANPPOM, 2023, São João del Rei. Anais... Minas Gerais, 2023, p. 1 – 15. Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2023/papers/1963/public/1963-7906-1-PB.pdf

VELON, Marcela. "Brasil, o país das cantoras: Reflexões sobre colonialidade de gênero e canto popular brasileiro." Anais do VII SIMPOM, n. 7, 2022. Disponível em: <https://seer.unirio.br/simpom/article/view/12467>. Acesso em: [janeiro de 2025].

VIEIRA, Helena. **Feminismo Decolonial e Queer of Color: Crítica, Pensamento e Ação Política**. Curso ministrado online, [2024]. Disponível em: <https://www.sympla.com.br/login?redirect=%2Fsympla-play%2FKy34bCiW5zFmVOZWC6FUkx2AJgDQt45NzBSGc5IZtUM>. Acesso em: [janeiro de 2025].

